



DIAGNÓSTICO ATUAL

Consultoria

Plano de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Indicadores de Género

Introdução

O presente documento pretende traçar um diagnóstico da situação atual de Angola no que se refere ao género, tendo como base duas ferramentas distintas: a análise documental de diversos materiais, com foco nos instrumentos legais internacionais, regionais e nacionais, e em entrevistas no terreno aos principais intervenientes do processo de produção de informação estatística no país.

A primeira parte reflete a análise documental dos principais marcos estruturantes das políticas públicas de Angola, através dos principais documentos, não só os referentes especificamente ao género, mas também outros de carácter mais abrangente, como a própria Constituição da República de Angola, a Lei Geral do Trabalho permitiu-nos aferir algumas conclusões sobre as limitações que o país enfrenta relativamente a políticas de promoção da igualdade e equidade de género.

Verificou-se que, em termos nacionais, o documento norteador das políticas públicas angolanas é o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2025, um instrumento de planeamento de médio prazo que implementa a Estratégia de Longo Prazo (ELP) conhecida por **Angola 2025**. Contudo, reconhece-se a influência dos compromissos internacionais assumidos pelo país, assim como se assume a tentativa de os integrar nos instrumentos de planeamento nacionais.

Os principais compromissos internacionais realçados são, principalmente três:

Agenda 2063 - “A África que Queremos” – Angola assumiu, em 2013, perante os Estados - Membros da União Africana o compromisso de preparar, nos 50 anos seguintes, um quadro estratégico partilhado para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável do continente africano;

Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) – Em 2015, Angola assumiu, perante a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da qual é um dos membros fundadores, cumprir com o RISDP 2015-2020, uma agenda de integração regional com prioridades, programas e metas orientadas para acelerar o cumprimento dos objetivos socioeconómicos da região;

Agenda 2030 - “Transformar o nosso mundo” – Juntamente com mais 192 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), Angola subscreveu, em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que define as prioridades e aspirações no horizonte de 15 anos, procurando mobilizar esforços globais em torno de um conjunto de objetivos - os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - e metas comuns. A Agenda 2030 aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económica e ambiental), sendo constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, por sua vez, se subdividem em 169 metas, a alcançar no horizonte 2030.

Para além destas agendas internacionais e regionais, Angola tornou-se elegível, em 2012, para a graduação do estatuto de PMA, pelo Comité para a Política de

Desenvolvimento das Nações Unidas. A data indicativa é 2021 (fevereiro de) e requer a preparação, pelo País, de uma Estratégia de Transição diretamente ligada aos instrumentos de promoção do desenvolvimento a nível nacional.

Para além da análise ao principal documento norteador das políticas públicas Angolana, o PDN, iremos verificar de que forma estes compromissos internacionais estão plasmados no mesmo, por forma a serem cumpridas as metas a que o país se comprometeu atingir, a médio e longo prazo.

A segunda parte tem como base a análise de entrevistas feitas presencialmente com alguns dos principais intervenientes do processo de recolha, produção e disseminação de dados estatísticos, instrumento essencial para a elaboração de políticas públicas.

Por fim, na parte destinada às conclusões, iremos deixar algumas recomendações destinadas não só à promoção e valoração dos dados de género, como na persecução de passos que possam permitir a implementação de um Plano Nacional de Indicadores de Género.

1ª PARTE- ANÁLISE DOCUMENTAL

1.1 - Marcos legais Internacionais e regionais

Desde a sua independência, em 1975, que a então República Popular de Angola assumiu compromissos internacionais, tendo sido admitida na Organização de Unidade Africana (OUA)¹, como 47.º membro daquela organização regional africana, em fevereiro de 1976, e como 146.º membro da Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro daquele ano. Já na década de 1950, ainda como colônia de Portugal, Angola integrava a ONU, tendo anos depois beneficiado da pressão exercida a Portugal através da “Declaração sobre a Outorga da Independência aos Países e Povos Colonizados”, aprovada pela Resolução 1514, de 14 de dezembro de 1960, pela Assembleia Geral das Nações Unidas e que foi “imposta” a Portugal e outras potências europeias que ainda mantinham as suas colônias, muitas delas no continente africano.

Abaixo faz-se a enumeração dos marcos legais internacionais, regionais e sub-regionais mais premente em Angola.

Um parêntesis para uma alusão pertinente: a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Angola foi um dos membros fundadores da CPLP, criada em 17 de julho de 1996 juntamente com Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, tendo sido um angolano, o Dr. Marcolino Moco, o primeiro secretário-executivo da comunidade. A CPLP proclama-se como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”².

Em março de 2018, na sede da ONU, em Nova Iorque, a CPLP anunciou o ano 2018 como o “Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas” durante a abertura da 62ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres (Commission on the Status of Women – CSW), tendo sido traçado e apresentado um plano de ação (2017-2020) para a igualdade de género e empoderamento das mulheres, acordado a 31 de outubro de 2017, em Brasília, durante a reunião de ministros/as responsáveis pela igualdade de género da CPLP. O plano compreende 14 eixos de atuação que devem ser seguidos pelos Estados Membros, estabelecendo as ações concretas para a sua concretização, os indicadores de execução, o período de execução, os intervenientes e a respetiva referência aos ODS.³ De realçar ainda que a República de Angola irá assumir a presidência *pro tempore* da CPLP, sucedendo a Cabo Verde, que detém atualmente esse posto (assumido em julho de 2018).

¹ Atual União Africana (UA),

² In, www.cplp.org, consultado a 18 de novembro de 2018.

³ Vide anexo

Contudo, apesar deste plano de ação para a igualdade de género e empoderamento das mulheres, em vigência atualmente, e da futura presidência de Angola, a CPLP, as suas medidas e planos, em concreto o da igualdade de género e empoderamento das mulheres, não é mencionada nem considerada nas políticas internacionais, regionais, sub-regionais ou mesmo nacionais.

Enumera-se, de seguida, outros instrumentos internacionais, regionais e sub-regionais em vigor:

1.1.1 - Internacionais

- Carta das Nações Unidas;
- Convenção Internacional dos Direitos Civis e Políticos;
- Protocolo opcional à Convenção Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1992);
- Segundo Protocolo opcional à Convenção Internacional dos Direitos Civis e Políticos – Relativo à Abolição da Pena da Morte (2013) - (não ratificado);
- Convenção Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
- Primeiro protocolo opcional à Convenção Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
- Segundo protocolo opcional à Convenção Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais – Inquérito sobre o procedimento e implementação do Pacto sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
- Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial- (não ratificado);
- Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW;
- Protocolo opcional Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW;
- Inquérito sobre o procedimento de implementação da CEDAW;
- Convenção Contra a Tortura e Outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes - (não ratificado);
- Convenção sobre os direitos das Crianças;
 - Protocolo opcional à Convenção sobre os direitos das Crianças, relativo a queixas;
 - Protocolo opcional à Convenção sobre os direitos das Crianças envolvidas em conflitos armados;

- Protocolo opcional à Convenção relativa à venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia;
- Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência;
- Protocolo opcional à Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência – queixas;
- Protocolo e Inquérito, relativos à implementação da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência;
- Declaração de Viena e Programa de acção da 11ª Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos;
- Cimeira de Copenhaga sobre Desenvolvimento Social;
- Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre a Mulher;
- Declaração do Milénio – OD;
- Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

1.1.2 - Regionais e sub-regionais

- Ato constitutivo da União Africana;
- Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos;
 - ❖ Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África;
 - ❖ Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre o Estabelecimento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos;
- Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança;
- Carta Africana para a Democracia, Eleições e Governação;
- Convenção da União Africana que Regula Aspetos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África.

1.2 - Instrumentos legais nacionais

A Constituição da República de Angola consagra, logo no seu preâmbulo, indícios de igualdade e equidade, realçando que “Revestidos de uma cultura de tolerância e profundamente comprometidos com a reconciliação, **a igualdade**⁴, a justiça e o desenvolvimento; Decididos a construir uma sociedade fundada na **equidade de oportunidades**, no compromisso, na fraternidade e na unidade na

⁴ Negrito da autora

diversidade; Determinados a edificar, todos juntos, uma sociedade justa e de progresso que respeita a vida, **a igualdade**, a diversidade e a dignidade das pessoas”, culminando no seu art.º 23, com o Princípio de Igualdade que afirma no ponto 2: “Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão”. Contudo, ainda antes, no art.º 21, que determina as Tarefas fundamentais do Estado, afirma-se clara e indubitavelmente que: “Constituem tarefas fundamentais do Estado angolano: (...) h) Promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos, sem preconceitos de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; (...) k) Promover a igualdade entre o homem e a mulher;” Outros artigos, tais como o art.º 35, referente à Família, casamento e filiação, determina, no seu ponto 3, que “O homem e a mulher são iguais no seio da família, da sociedade e do Estado, gozando dos mesmos direitos e cabendo-lhes os mesmos deveres.”

Contudo, existem mais instrumentos legais nacionais que promovem a igualdade e equidade de género. Apresentamos abaixo uma listagem dos principais, de acordo com o então Ministério da Família e Promoção da Mulher (2017) e o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos:⁵

- Estatuto Orgânico do Ministério da Família e Promoção da Mulher;
- Lei de Base do Sistema de Educação (Lei 13/11);
- Lei da Terra 9/04;
- Lei nº 22/10 dos Partidos Políticos;
- Lei nº 25/11 Contra a Violência Doméstica;
- Decreto Presidencial nº 8/11 – Proteção da Maternidade;

⁵ *In*, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Os Direitos da Mulher-compromissos de Angola a nível nacional e internacional, Março 2018 *et* Ministério da Família e Promoção da Mulher, Caderno de Estatísticas de Género de Angola, 1º Caderno, 2017.

- Decreto Presidencial nº52/12 – Comissão Nacional de Auditoria e Prevenção de Mortes Maternas, Neonatais e Infantil;
- Decreto Presidencial 138/12 – Programa Nacional de Apoio à Mulher Rural;
- Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017;
- Decreto Presidencial nº26/13 – Plano Executivo de Combate à Violência Doméstica e a Comissão Multisectorial para a implementação do Plano, bem como o cronograma de ações;
- Decreto Presidencial 124/13 – Regulamentação da Lei contra a Violência Doméstica;
- Lei 30/11 das Micro, Pequenas e Médias Empresas;
- Decreto Presidencial nº 165/13 – Regulamento da Lei nº 25/11 e medidas de apoio e proteção da vítima de violência doméstica e recuperação do agressor, que uniformiza o funcionamento das casas de abrigo e de aconselhamento familiar;
- Decreto Presidencial 222/13 – Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género e Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para a implementação da política;
- Decreto Presidencial nº 16/15 – Regime Jurídico do Reconhecimento da União de fato por mútuo acordo e dissolução da união de fato reconhecida;
- Lei das cooperativas;
- Decreto Presidencial 155/16 – Regime jurídico do Trabalho doméstico e de proteção social do trabalhador de serviço doméstico;
- Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude;
- Decreto nº143/17 – Plano de ação da resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, do Conselho de Segurança da ONU;
- Programa Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural (2015-2017);
- Políticas e Normas para Prestação de Serviços de saúde sexual e reprodutiva;
- Plano Estratégico para a Redução Acelerada da Mortalidade Materno-Infantil (2004-2009)
- Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017;
- Conselho Multisectorial de Género;
- Comissão Nacional de Mortes Materno-infantil.

O principal instrumento nacional é, atualmente, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, que abrange os níveis nacional, sectorial e provincial de planeamento, e implementa as opções estratégicas de desenvolvimento a médio prazo, com horizonte a longo prazo (2025) contendo os objetivos e metas a alcançar até 2022, bem como as ações prioritárias (atividades ou projetos) e os responsáveis pela sua concretização.

Neste sentido, torna-se necessário uma análise mais atenta deste documento.

Conforme o próprio determina, o PDN 2018-2022 estrutura-se em seis eixos de intervenção (dimensão estratégica), divididas em 25 políticas estratégicas, que são por sua vez, organizadas em 83 programas de ação (dimensão tática).

Em 2014 efetuou-se o primeiro Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola (Censo 2014), depois da Independência Nacional. Os dados oficiais daí obtidos permitiram perceber melhor o retrato da população, o principal destinatário das políticas públicas.

Os mesmos dados demonstraram que a mulher representa 52% da angolana, equivalente a 13.289.983 habitantes (Angola tinha 25.789.024 habitantes em 2014; as projeções apontam para que, em 2017, existam 28,4 milhões de habitantes⁶).

O Censo 2014 revelou que a taxa de atividade⁷ era de 53%, a nível nacional, sendo de 61% nos homens e de 45% nas mulheres, enquanto o desemprego se situa nos 25% nas mulheres e nos 24% nos homens. Por outro lado, 47% das mulheres angolanas são analfabetas e cada mulher vive, em média, mais 5,5 anos do que um homem (57,6 anos para homens e de 63 anos para mulheres).

Tirando estes dados (e outros complementares relativos ao emprego), o PDN não apresenta mais dados desagregados pelo sexo, o que permitiria uma melhor leitura das reais condições das mulheres e homens de Angola, nomeadamente no que diz respeito ao nível de igualdade e equidade de género no país.

⁶ Projeções efetuados pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola in, INE,2016, Projeção da População de Angola 2014-2050.

⁷ Taxa de atividade: relação entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa (15 e mais anos).

Apesar da representatividade da mulher na sociedade angolana e nas dificuldades, ainda que de forma incipiente, identificadas, verifica-se que, dos 6 eixos de intervenção e das 25 políticas estratégicas, nenhuma se refere, diretamente, à mulher e à luta pela promoção da igualdade e equidade de género (vide figura 1), não se conseguindo verificar a existência de uma abordagem transversal de género nas políticas públicas, em particular àquelas que se destinam ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável. As 25 políticas estratégicas materializam-se em 83 programas de ação, (dimensão tática) e que são implementados através de atividades e/ou projetos.

Segundo o próprio PDN, “os programas têm vários objetivos e metas, cujo alcance é da responsabilidade de departamentos ministeriais específicos, em articulação com outras entidades, designadamente os departamentos e/ou órgãos da Administração Central e da Administração Local do Estado.” Dos 83 programas, apenas um (1), refere diretamente a mulher: **o programa 1.1.3 de Promoção do Género e Empoderamento da Mulher.**

Este reconhece, por um lado, a ausência da dimensão “género” nas políticas sectoriais, com reflexo nos planos, programas e ações/projetos nacionais e, por outro, como essa lacuna condiciona a posição das mulheres perante os homens, posição essa de clara desvantagem. O programa reconhece ainda que as mulheres “constituem a franja da população com menos oportunidades de educação e emprego.”⁸ As mulheres posicionam-se em atividades profissionais mais baixas, muitas vezes de carácter informal, e com baixo rendimento. Referem-se ainda as questões culturais, fruto de uma sociedade tendencialmente patriarcal, que condiciona a autonomia das mulheres não só a nível comunitário como familiar.

Reconhecendo as necessidades e debilidades das mulheres na sociedade angolana, o programa assume que tem, contudo, como grande objetivo, “contribuir para a sensibilização dos agentes públicos, das famílias, das empresas e das comunidades sobre a importância da mulher no processo de desenvolvimento, promovendo, assim, a mudança de comportamentos e práticas em relação à sua participação.”⁹

⁸ in PDN, pág.69;

⁹ Id.ibidem.

O programa tem dois objetivos concretos:

Objetivo 1: Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, com o reconhecimento e valorização do papel da mulher em todos os domínios da sociedade, político, económico, empresarial, laboral, pessoal e familiar através da informação e sensibilização das comunidades para as questões do género.

Objetivo 2: Assegurar, de modo mais significativo, o empoderamento das mulheres jovens e da mulher rural, por via do reforço da sua qualificação profissional.

Estes dois objetivos materializam-se em quatro metas, duas por objetivo. As metas referentes ao primeiro objetivo são de carácter abrangente, não se destinando diretamente às mulheres, pois referem-se a: Até 2022, 1.000 mobilizadores e ativistas são capacitados para desenvolverem ações de sensibilização sobre género na comunidade; Até 2022, 75.000 pessoas são sensibilizadas sobre questões de género visando uma mudança de comportamentos.

Já as metas referentes ao segundo objetivo aplicam-se diretamente às mulheres: Até 2022, 5.000 mulheres rurais são capacitadas como Parteiras Tradicionais; Até 2022, 9.000 jovens mulheres são capacitadas em gestão de pequenos negócios.

Todas as outras ações referentes ao empoderamento das mulheres e à equidade e igualdade de género são remetidas para a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, aprovada em 2013.

Outros programas do PDN reconhecem as necessidades das mulheres, contudo, em termos de objetivos e metas específicas, apresentam lacunas, tais como:

Programa 1.2.6: Intensificação da alfabetização e da educação de jovens e adultos-

Reconhece que cerca de 25% da população adulta angolana ainda é analfabeta, tratando-se, maioritariamente, de mulheres das zonas rurais. Dos três objetivos, um refere especificamente a mulher, “Reduzir o índice de analfabetismo literal e funcional da população jovem e adulta, com realce para as mulheres nas zonas rurais e periurbanas, através da intensificação das ações de alfabetização”. Contudo, das quatro metas preconizadas, nenhuma se destina às mulheres. A meta do objetivo 1, “em 2022, a Taxa de Alfabetização de Jovens e Adultos (maiores de 14 anos) alcança 82,8%”, não traça balizas específicas para colmatar o analfabetismo das mulheres, podendo essa meta ser alcançada com a eliminação total do analfabetismo entre os

homens, por exemplo, sem se ter contribuído para o combate do mesmo nas mulheres.

Programa 1.4.2: Melhoria da saúde materno-infantil e nutrição – refere-se especificamente a mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos, em que dos 6 objetivos, três destinam-se a mulheres grávidas (cuidados de saúde, vacinação e controlo) e das 12 metas, quatro remetem às mulheres: redução da taxa de mortalidade materna, acompanhamento na gravidez, aumento dos partos assistidos por pessoal qualificado e aumento da oferta do planeamento familiar.

Programa 1.5.1: Apoio à vítima de violência – Tendo em conta que na sociedade angolana a violência doméstica atinge vítimas de diferentes classes sociais, proveniências, idades, religiões, estados civis, escolaridade ou raças e reconhecendo que tanto homens como mulheres são vítimas, apesar de formas distintas, este programa visa “adotar as recomendações previstas nos tratados internacionais na área de violência contra as mulheres (em especial as contidas na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher -CEDAW, 1981)”¹⁰, no entanto, nenhum dos dois objetivos traçados e nenhuma das quatro metas a alcançar, nenhum se refere especificamente à mulher como vítima, sendo sobre ela que incidem, maioritariamente, os casos de violência doméstica. Neste caso em concreto, também não se valoriza o tratamento diferenciado para os homens vítimas, apesar de se reconhecer a sua existência e a sua especificidade.

Programa 2.5.3: melhoria da organização e das condições de trabalho – Conforme o determinado no contexto deste programa, o mesmo “visa assim, proteger os direitos dos trabalhadores e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, **em particular as mulheres migrantes**, e pessoas em empregos precários.”¹¹ No entanto, nos três objetivos, e nas quatro metas apresentadas, não há qualquer referência à mulher, neste caso em concreto às mulheres migrantes.

Não há referência à mulher em mais nenhum programa.

¹⁰ In PDN, pág.107;

¹¹ Negrito pela autora, in PDN, pág.165.

Tendo em conta a caracterização da mulher angola, pelo próprio PDN, que reconhece as mulheres como metade da população, com carências ao nível da alfabetização, acesso à saúde, educação, emprego, proteção social, representatividade nos órgãos de poder local, regional e nacional, sofrendo de inúmeras desigualdades, carecendo, por isso de apoios e programas específicos para as combater, verifica-se que os programas apresentados no PDN 2018-2022 fica muito aquém do desejável, em matéria de promoção da igualdade e equidade de género, temática que ainda não entrou no léxico angolano, tal como prova o documento analisado. As referências a estas políticas estão enquadradas no contexto internacional e não no nacional.

A título informativo, importa referir que, sendo o PDN um documento com 308 páginas, a referência a “género” foi feita apenas 24 vezes, sendo que metade das nomeações está associada a metas e objectivos internacionais. Já o termo “igualdade” aparece 17 vezes, apenas 5 associadas à igualdade de género. As outras referências têm como foco a igualdade de oportunidades e de acesso. A “equidade” surge em 10 frases, apenas duas se referem à equidade de género.

Convém, contudo, realçar a importância do PDN, sendo um documento que, para além de ilustrar uma execução primorosa e detalhada, constitui um instrumento fundamental para o desenvolvimento nacional.

No entanto, em termos de políticas de género, seria desejável que as mesmas estivessem plasmadas de forma mais evidente neste Plano, apenas porque essa maior integração das políticas de género ou/e com enfoque no género no Plano de Desenvolvimento Nacional, demonstraria a assunção de um maior compromisso, por parte do poder executivo, em assumir e cumprir as metas nesta área, havendo, assim uma maior probabilidade de execução das mesmas.

1.3 - Integração dos compromissos internacionais na agenda nacional

Tal como foi referido anteriormente, o PDN tem como documentos internacionais norteadores a Agenda 2063 da União Africana, a Agenda 2030 da ONU e o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) da SADC 2015-2020.

A Agenda 2063 é percebida como a base para a transformação desejável, a nível socioeconómico e de integração de África, a longo prazo. Tem subjacente sete aspirações e 20 objetivos e 35 áreas prioritárias. No que concerne à mulher e ao género, a aspiração nº 6 defende “Uma África cujo desenvolvimento é orientado para as pessoas, contando com o potencial disponível dos Africanos, especialmente mulheres e jovens, e que cuide das suas crianças”. Em complementaridade, o objetivo 17 defende a “Plena Igualdade de Género em Todas as Esferas da Vida”, dando especial atenção às áreas específicas da “Capacitação de Mulheres e Meninas” e “Violência e Discriminação contra Mulheres e Meninas”.

A Agenda 2030 da ONU teve como antecedente os oito ODM estabelecidos em 2000 e que tinham como meta o ano 2015. Destes surgiram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que abordam várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económica e ambiental), e que se subdividem em 169 metas integradas.

Para o presente trabalho, importa destacar o ODS5: Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas, que se subdivide em 9 metas.

Apesar de apenas o ODS5 se referir especificamente às mulheres, o seu alcance é transversal a toda a agenda 2030 e reflete a evidência de que a igualdade de género não só tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável como é a base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável.

Por fim, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) da SADC definiu quatro prioridades para 2015-2020: Prioridade A - Desenvolvimento Industrial e Integração de Mercados; Prioridade B – Infra-estrutura de Apoio à Integração Regional; Prioridade C – Cooperação em Paz e Segurança; Prioridade D – Programas especiais da Dimensão Regional (Desenvolvimento Humano e programas especiais incluindo a Saúde, o Género e o Trabalho). Um dos objetivos desta prioridade é “uma melhor igualdade e equidade de género;

Tal como se verifica, quer a União Africana, a ONU ou a SADC têm nas suas agendas e/ou planos determinados objetivos, metas e áreas que abordam especificamente a temática do género, em particular no que se refere ao empoderamento da mulher e à

promoção da equidade e igualdade de género, não apenas como uma temática desagregada mas como transversal a todas as sociedades, em particular às africanas, onde as mulheres, apesar de serem metade da população continuam a estar privadas dos seus direitos humanos básicos, em desigualdade a nível social, económico e político. Nesse sentido, a abordagem deve também ser feita a nível transversal, tendo em conta que o desenvolvimento, assim como os benefícios inerentes ao mesmo, atingem de forma diferenciada e não equitativa os elementos de uma população, principalmente tendo em conta a dicotomia homem-mulher. Neste sentido, há que implementar políticas públicas que incorporem a transversalização do género, ou seja, que não só reconheçam primeiro a desigualdade de géneros vigente como atuem diretamente nas necessidades diferenciadas de cada um, de forma equitativa e adequada, e não social, cultural e tradicionalmente pré-estabelecida.

Decorrente da análise feita ao PDN, tendo como mote o empoderamento da mulher e a promoção da equidade e igualdade de género, facilmente se verifica que a incorporação dos objetivos e metas dos instrumentos internacionais no que se refere a esta área fica muito aquém do desejável, tendo em conta que, de 83 programas específicos apenas um se refere especificamente à Promoção do género e da mulher, (com exceção da promoção da saúde materno-infantil), não se verificando a transversalização do género no PDN, conforme o defendido pela Agenda 2030.

A Agenda 2030 assume particular importância no contexto internacional e nacional, tendo sido estabelecido um Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF), que constitui um instrumento estratégico de apoio às linhas de orientação e políticas nacionais do país, direcionado para a obtenção de resultados.

Seria desejável, por isso, que os ODS tivessem plasmados, principalmente no que concerne à promoção e equidade de género, de forma mais notória e transversal ao longo dos programas nacionais.

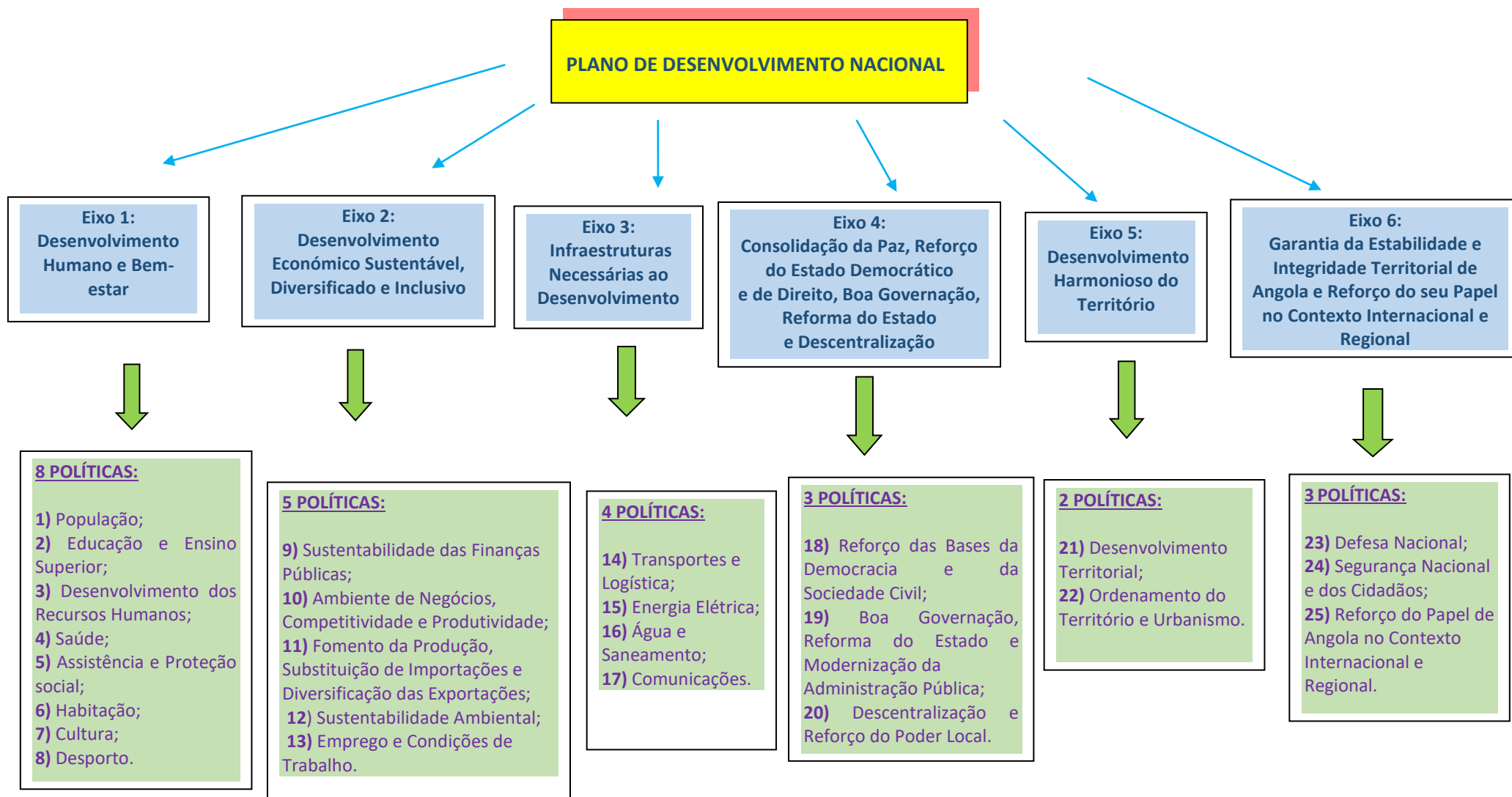


FIGURA 1: Eixos estratégicos e Políticas do PDN 2018-2022

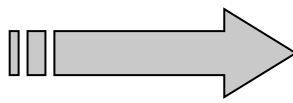
Fonte: elaborado pela autora a partir do PDN 2018-2022

PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Eixo 1:
Desenvolvimento Humano e Bem-estar



8 POLÍTICAS

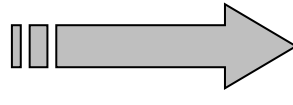


27 PROGRAMAS

Eixo 2:
Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado e Inclusivo



5 POLÍTICAS

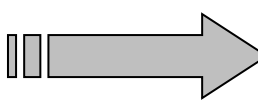


24 PROGRAMAS

Eixo 3:
Infraestruturas Necessárias ao Desenvolvimento



4 POLÍTICAS

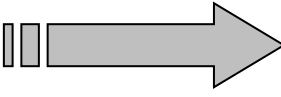


12 PROGRAMAS

Eixo 4:
Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização



3 POLÍTICAS

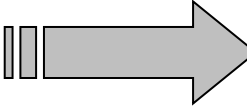


9 PROGRAMAS

Eixo 5:
Desenvolvimento Harmonioso do Território



2 POLÍTICAS

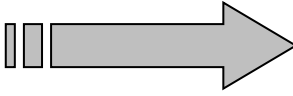


6 PROGRAMAS

Eixo 6:
Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu Papel no Contexto Internacional e Regional



3 POLÍTICAS



7 PROGRAMAS

2ª PARTE- ENTREVISTAS

2.1 – Introdução

A par da análise documental, o diagnóstico atual baseou-se também em entrevistas a sectores considerados chave, principalmente no que diz respeito à recolha, produção e disseminação de dados estatísticos, em concreto os de género.

Atualmente, tendo em conta o crescente volume de informação produzido, torna-se necessário ordenar esse saber, de forma coerente, precisa e fidedigna. Todas as áreas do conhecimento podem beneficiar desta técnica de recolha de dados, permitindo dando apoio na tomada de decisões aos profissionais da iniciativa privada, pesquisadores e mesmo dos poderes locais, regionais e nacionais. Importa referir que a estatística é aqui considerada como o planeamento, recolha, consistência, tabulação, análise e interpretação de dados de pesquisas envolvendo censos ou levantamentos por amostragem.

Importa referir que a técnica da entrevista, pela sua flexibilidade, é adotada como técnica principal de investigação nos mais diversos campos das ciências sociais e de outros setores de atividade. Como técnica de pesquisa, a entrevista é utilizada tendo como objetivo primordial a obtenção de informações a respeito do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram e também acerca das suas explicações ou razões a respeito de determinadas temáticas.

Neste sentido, com o apoio do Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher, procedeu-se à calendarização de entrevistas com os pontos focais de género e os Gabinetes de Estudos e produção Estatística dos Ministérios, principalmente aqueles identificados como ODINES, ou seja, órgãos delegados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Conforme regulamentação legal (Lei SEN, artº 25 e 29º), é permitido ao INE delegar atribuições nos domínios da produção, da difusão e da coordenação estatística, noutros serviços públicos que, em estreita articulação com o INE, deve assegurar também as actividades de cooperação nacional e internacional, na área estatística delegada.

Conforme as últimas disposições, de 14 de Julho de 2014 e 16 de Junho de 2015, identificaram-se onze (11) ODINES, que são:

1. Gabinete de Estudos e Produção Estatística (GEPE) do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social;
2. GEPE do Ministério da Agricultura e Florestas;
3. GEPE do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher;
4. GEPE do Ministério da Educação;
5. GEPE do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação;
6. GEPE do Ministério do Turismo;

7. GEPE do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;
8. GEPE do Ministério da Saúde;
9. GEPE do Ministério das Pescas e Mar;
10. GEPE do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos;
11. GEPE do Ministério dos Transportes.

Contudo, apesar dos esforços encetados, foi possível realizar entrevistas apenas a cinco (5) interlocutores:

1. Margarida Lourenço, Chefe de Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais do INE;
2. Maria Isabel das Dores Amaro Alicerces – Técnica dos Recursos Humanos – Ponto Focal de Género do Ministério dos Transportes;
3. Celeste Cassoma – Diretora do Gabinete de Estudos e Produção Estatística do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher – Direção Nacional para a Igualdade e Equidade de Género;
4. Altemiro de Ceuta Diogo – Diretor do Gabinete de Estudos e Produção Estatística do Ministério da Agricultura e Florestas.
5. Indira Maiato – Diretora do Gabinete de Estudos e Produção Estatística do Ministério de Administração do Território e Reforma do Estado;

Ou seja, para além do INE, órgão público responsável pela informação estatística oficial da República de Angola, apenas se conseguiu entrevistas representantes de três das onze ODINES (MT, MASFAMU e MINAGRIF). Já o MAT, apesar de, actualmente não ser um ODINE, está um processo de capacitação e oficialização para se tornar um, conforme explicado durante a entrevista.

As dificuldades encontradas com a marcação das entrevistas prenderam-se com as mudanças que estão em curso na governação angolana, o que, em alguns casos inviabilizou a entrevista, pelo simples facto do interlocutor ter sido destituído e o seu substituto não ter ainda tomado posse, na altura da deslocação para a realização das mesmas.

Ressalva-se, contudo, a boa vontade demonstrada nos contactos, apesar da não viabilização das entrevistas, conforme o plano pré-estabelecido.

2.2 – Análise das entrevistas

Apesar do número parco de entrevistas realizadas, consideramos que a informação obtida pelas mesmas não deve ser descurada e que deve, de alguma forma, ser referida, para os seus devidos efeitos.

Consideramos pertinente destacar que, aqueles que se dispuseram a ser entrevistados, falaram de forma franca e direta, permitindo uma recolha de informação bastante detalhada e, acima de tudo, honesta, o que permite uma análise bastante profícua.

O facto de se ter conseguido entrevistar a representante da INE, complementou o fluxo informativo que, caso se baseasse apenas nos ODINES, seria considerado deficitário e até erróneo.

Isto porque segundo os mesmos, os Ministérios que representam apresentam algumas lacunas na recolha, tratamento e disseminação de dados estatísticos baseados no género¹².

Seria legítimo assumir que, neste sentido, a produção de dados estatísticos baseados no género é ineficiente, contudo tal assunção seria errónea, pois o INE, juntamente com o MASFAMU, tem feito um trabalho que tem vindo a crescer significativa e positivamente nesse sentido, com a participação, muitas vezes dos outros ODINES.

Basta referir o Relatório da Situação da População Mundial de 2018 e três Estudos Temáticos (Tendências Demográficas, Jovens, Homens e Mulheres em Angola), lançado a 26 de Outubro de 2018, uma parceria entre o INE e o UNFPA, Agência das Nações Unidas para a Saúde Reprodutiva. Este mesmo relatório, que analisa o impacto das escolhas reprodutivas no progresso económico e social a nível mundial, tem como base outros produtos estatísticos de extrema importância, como o CENSO 2014 e o Inquérito dos Indicadores Múltiplos de Saúde 2015-2016 (IIMS).

Para estes documentos contribuíram ainda os Governos Provinciais, Administrações Municipais e Comunais, as Forças Armadas Angolanas e a Polícia Nacional.

De realçar ainda o Relatório Analítico de Género 2017¹³, o primeiro com esta tipologia realizado no país, e que se traduz numa ferramenta poderosa para o reforço da importância da produção de dados estatísticos com enfoque no género, assim como outros produtos periódicos que o INE tem produzido, como os indicadores de VIH em Angola, o Sistema de Contas Nacionais, os relatórios trimestrais, feitos através dos Inquéritos de Conjuntura, índices de confiança, o Índice de Preços do Consumidor, Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego, entre outros.

De referir ainda que está em curso o Inquérito sobre Despesas e Receitas e Emprego em Angola- IDREA 2018/19, que teve início a 5 de Março de 2018 e terá a duração de 12 meses, estando prevista a publicação dos resultados definitivos entre Julho a Setembro de 2019.

Em fase de preparação está ainda o Recenseamento Agro -Pecuário e Pescas (RAPP 2018/2019), aquele que será o primeiro em Angola, e que contará com os contributos valiosos do Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF) e do Ministério das Pescas e do Mar (MINPESMAR), sob a coordenação do INE.

¹² Conf. Entrevistas em anexo;

¹³ Uma publicação do então Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), com apoio técnico do PNUD e do INE;

Todos estes instrumentos estatísticos são de grande utilidade para compreender a sociedade angolana e para ajudar na persecução dos objetivos preconizados na luta da igualdade e empoderamento da mulher angolana e não podem ser descurados.

O INE fez mesmo questão de realçar, por diversas vezes, que nos dados que recolhe, trata e difunde, valorizar abordagens aos dados estatísticos sensíveis ao género. Contudo, o mesmo não acontece com os ODINES, pois fica claro que, conforme o objectivo de cada ODINE, assim é feita a recolha, tratamento e difusão dos dados estatísticos, sendo que cabe ao INE coordenar todo esse fluxo informativo.

Os guiões das entrevistas tinham umas ligeiras diferenças, conforme o entrevistado, mas todos estavam divididos por temas, sendo que o primeiro era “Caracterização da instituição”. Neste quesito, os inquiridos estão bem inseridos nas instituições que representam, estando também bem cientes quer da missão e dos seus objetivos, quer dos desafios que enfrentam.

Em termos do bloco de perguntas referentes à “Produção Estatística”, as respostas variaram consoante a entidade entrevistada, sendo que as questões relacionadas com o género as mais desafiantes, por terem respostas parcas.

Já em relação à 3ª parte da entrevista, que tinha como mote os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, ficou claro que este é um tema conhecido por todos. Ficou ciente também que todas as entidades contactadas estão conscientes da importância dos ODS no desenvolvimento do país e têm bem presentes as suas metas e o seu enquadramento nas políticas nacionais. Neste sentido, a equidade de género e o empoderamento da mulher surge como umas metas a serem atingidas, sob pena de a República de Angola se comprometer a nível internacional. O sentido de compromisso, assumido pelo país perante os organismos internacionais, tem um peso significativo nas entidades entrevistadas, fruto, talvez, dos avanços pouco significativos que o país sofreu em termos de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em que “aritmeticamente, dos oito objectivos, dois (25 %) foram quase realizados – devendo-se enfatizar o primeiro –, enquanto, das vinte metas, duas (10 %) foram alcançadas e dez (50 %) têm média probabilidade de serem atingidas”¹⁴.

Quanto ao “Exercício da produção estatística”, foram realçados mais os desafios que as instituições enfrentam, com principal enfoque nas dificuldades financeiras e na capacitação técnica dos funcionários, principalmente a nível local. Apesar da formação constante, referida pelos Ministérios, confirmada pelo INE, entidade que constantemente administra e aplica essas formações, as lacunas ainda se fazem sentir, principalmente a nível das estruturas locais. A falta de acesso às tecnologias, mais uma vez a nível local, também foi referida, assim como a necessidade do aumento do número de efectivos, em termos de recursos humanos.

No que se refere às “Relações Institucionais”, as boas relações institucionais foram realçadas por todos os inquiridos, realçando-se um bom fluxo de troca de informações

¹⁴ In “Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”, pág. 7.

entre as estruturas ministeriais, por vezes de forma mais facilitada do que dentro do próprio Ministério ou do Ministérios com as suas representações locais. As dificuldades técnicas, e a distância física, que muitas vezes impera, não facilita essa proximidade com as estruturas locais.

Em relação a uma possível implementação de um Sistema Nacional de Indicadores de género, não foram colocadas objeções, tendo sido até apontados mais benefícios com a sua implementação. Contudo também ficou claro que ao se criar um SNIG, há que deixar bem explícito, não só para que serve, a quem serve e para que serve.

Para além das perguntas explícitas nos guiões das entrevistas, foi possível inferir outras informações, que nos ajudam a interpretar melhor algumas respostas.

O conceito de género, tal como foi apresentado no guião da entrevista, não impediu que o mesmo fosse interpretado como uma referência às relações de género no seio laboral das instituições abordadas, o que sucedeu tanto no Ministério dos Transportes como no Ministério da Administração do Território, levando os inquiridos a desejar uma mudança na representatividade feminina, principalmente no que concerne aos quadros de chefia. Ambos os inquiridos realçaram a pouca presença feminina nas chefias, que muitas vezes conseguem ascender, apenas aos quadros intermédios das instituições, sendo difícil conseguir chegar a lugares de topo.

A entrevista com o INE revelou-se extremamente rica, pois permitiu compreender a relação com os ODINES, como funciona a recolha, tratamento e difusão da informação, assim como perceber sobre o papel que o género assume na produção estatística nacional, tal como os ODS.

De referir uma questão extra, que foi feita ao INE, e que não aparecia no guião da entrevista. Pretendeu-se saber se o INE teria alguma forma de monitorar o uso dos seus dados, tendo o instituto revelado que, apesar de não terem uma estrutura própria de avaliação do uso de dados, têm feito inquéritos para monitorar o uso que os utilizadores fazem dos dados que disponibilizam através do site oficial da instituição, o que nos pareceu uma ferramenta interessante de suporte ao seguimento das informações produzidas e/ou divulgadas pelo INE.

2.3 - Conclusões

Tendo em conta a pesquisa documental, apoiadas pelas entrevistas realizadas no terreno, verificou-se que a transversalização da temática do género ainda não se faz sentir da maneira desejável nos principais documentos norteadores das políticas públicas angolanas, tais como o Plano de Desenvolvimento Nacional.

Essa conclusão é suportada por outras observações complementares realizadas anteriormente, tal como as efetuadas no quadro do Projeto Pro PALOP-TL ISC em

2017¹⁵ que, ao analisar o Orçamento Geral do Estado 2017 verificou que dos 129 diferentes programas orçamentados, quatro são explicitamente orientados à promoção da igualdade de género (3,1% do total dos programas). Estes programas referenciados – 3 do setor da Família e Promoção da Mulher e um de Desenvolvimento Rural, corresponde a 0,01% do total do orçamento aprovado para 2017 de Angola (montante total do orçamento indicado para estes programas é de 990.845.109 Kwanzas).

A mesma fonte documental conseguiu identificar 87 programas orçamentais chave para a implementação da Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género no território angolano, mas que, no entanto, no seu conteúdo, não é possível visualizar intervenções concretas nesse sentido. Desses programas, 48% poderiam ser enquadrados na área do Acesso aos Recursos e Oportunidades, 24% contribuiriam para os objetivos nos domínios Familiar e Comunitário, 20% referentes ao Acesso aos Serviços Sociais Básicos, e apenas 5% poderiam contribuir para a Participação e Representação na Vida Pública e Política e 3% para o combate à Violência Doméstica.

Contudo, importa realçar que, se o PDN 2018-2022 é o documento central das políticas públicas angolanas, o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG) é o instrumento chave para a promoção da igualdade de género. Este instrumento, aprovado através do Decreto Presidencial 222/13 de 24 de Dezembro de 2013, em Conselho de Ministros, emanou do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e tem como foco cinco domínios específicos: i) Acesso a serviços sociais básicos; ii) Acesso a recursos económicos; iii) Representatividade política; iv) VBG; v) Educação comunitária. Apesar do orçamento limitado, a implementação deste plano traduziu-se em resultados tangíveis durante o quinquénio 2013-2017, conforme o exposto no já referido Relatório Analítico de Género 2017¹⁶, resultados esses que não podem, nem devem ser minimizados.

Acreditamos que, pelo facto de existir o PNIEG, como instrumento autónomo e com resultados e incidências atingidas ao longo do quinquénio 2013-2017, que o PDN 2018-2022 não se imiscuiu detalhadamente nas políticas de implementação e promoção da equidade do género e empoderamento da mulher.

Seria, contudo, desejável, que o próprio PDN 2018-2022 estivesse mais alinhado com a perspetiva de género, principalmente tendo em conta a desejável transversalização do género e a existência de indicadores sensíveis ao género, que poderiam ser implementados em determinados programas, que contribuem, também eles, para o empoderamento das mulheres e para a equidade de género (na educação, economia, administração do território, entre outros). A própria terminologia empregue, em que

¹⁵ In “Análise do Orçamento Geral do Estado de Angola em 2017 com Enfoque no Género”, elaborada por Raquel Coello Cremades, Especialista Sénior em Género e Fiscalização Orçamental e Graça Sanches, Especialista Junior Expert em Fiscalização legislativa com foco no género.

¹⁶ Vide páginas 30 a 35 do Relatório Analítico de Género 2017.

se define, por exemplo o índice de masculinidade¹⁷, em vez de se calcular o índice de feminilidade¹⁸, o que traduz a visão patriarcal que impera nas sociedades africanas, que torna invisível metade da população de um país e contribui para a desigualdade de representação entre os homens e as mulheres.

Em relação às entrevistas, como método para obtenção de informação privilegiada, há que ter em conta que as mesmas possuem um grau significativo de subjectividade, que está adjacente a quem é submetido à mesma. Se as entrevistas servem para obter não só dados quantitativos, como qualitativos, também são fonte privilegiada para o entrevistador. Através das entrevistas não só obtém os dados quantitativos que necessita, mas permite ainda apurar sobre aquilo que os entrevistados sentem ou desejam.

Das entrevistas feitas, tornou-se claro que os ODS estão bem implementados nas políticas públicas do país, apesar de os mesmos levantarem algumas dúvidas no que diz respeito à sua implementação e seguimento. Contudo, a assunção de que representam compromissos assumidos, pelo país, faz jus à máxima de “Não deixar ninguém para trás”.

Por outro lado, também ficou claro que a possível implementação de um Sistema Nacional de Indicadores de Género não levantará objeções por parte dos sectores, pelos menos dos entrevistados e do próprio órgão delegado da produção estatística (INE), sendo apontado até como um instrumento benéfico para a implementação da equidade e igualdade de género, assim como para a promoção do empoderamento da mulher, tendo sido possível elencar alguns benefícios do mesmo, tais como a monitorização da situação de género, apresentação da situação actual, avaliação das medidas implementadas ou em vias de serem implementadas sobre a temática.

2.3.1 - Recomendações

Nesse sentido, tendo em consideração as informações obtidas pelas análises feitas, aprez-nos submeter à consideração as seguintes recomendações:

- Adequação de linguagem e denominações “gender friendly”, ilustrativo da apropriação da necessidade de se promover a equidade e igualdade de género nas políticas públicas;
- Reforço das relações institucionais e interministeriais, com enfoque na sensibilização para a importância da recolha, produção e disseminação de dados estatísticos com enfoque no género ou, num primeiro nível, para a desagregação dos dados por sexo;
- Reforço na capacitação dos técnicos afectos à recolha, produção e disseminação de dados estatísticos, principalmente para o enfoque de género;

¹⁷ Entendido como a proporção de homens em relação ao total da população;

¹⁸ Entendido como a proporção de mulheres em relação ao total da população.

- Sensibilizar os Gabinete de Estudos e Produção Estatística para a importância de um Sistema Nacional de Indicadores de Género;
- Apoiar a Direção Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (DNIEG) na promoção e sensibilização para a importância da implementação de um Sistema Nacional de Indicadores de Género;
- Apoiar a DNIEG, em termos de capacitação técnica e financeira para assumir o comando do processo de implementação de um Sistema Nacional de Indicadores de Género.
- Promover a responsabilidade partilhada pela implementação, gestão e avaliação do Sistema Nacional de Indicadores de Género.
- Envolver as instituições da sociedade civil, assim como engajar o grupo de mulheres parlamentares e a primeira-dama na luta pela igualdade e equidade de género.
- Promover a sinergia entre os programas/projectos já existentes relativos ao género dos diferentes sectores.
- Promover a sinergia dos indicadores de género e do Sistema Nacional de Indicadores de Género com as metas nacionais e internacionais.

Bibliografia

República de Angola, Assembleia Constituinte, (2010), Constituição da República de Angola

INE (2018), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Relatório de Indicadores de Linha de Base - Agenda 2030;

INE, (2016), Resultados Definitivos - Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014;

Ministério da Família e Promoção da Mulher, (2017) Relatório Analítico de Género;

Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, (2015), Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;

Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2015), Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;

República de Angola, (2015), Relatório da participação da República de Angola na 59ª Sessão da Comissão sobre a Condição da Mulher. Nova Iorque;

República de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial. 2012. Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017;

ANEXO 1- Entrevistas

Transcrições

1.1 – Entrevista com Margarida Lourenço, Chefe de Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais do INE;

1.2 – Entrevista com Maria Isabel das Dores Amaro Alicerces – Técnica dos Recursos Humanos – Ponto Focal de Género do Ministério dos Transportes;

1.3 – Entrevista com Celeste Cassoma – Diretora do Gabinete de Estudos e Produção Estatística do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher – Direcção Nacional para a Igualdade e Equidade de Género;

1.4 – Entrevista com Altemiro de Ceuta Diogo – Diretor do Gabinete de Estudos e Produção Estatística do Ministério da Agricultura e Florestas.

1.5 Entrevista com Indira Maiato – Diretora do Gabinete de Estudos e Produção Estatística do Ministério de Administração do Território e Reforma do Estado;

1.1 - ENTREVISTA

Plano de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Indicadores de Género

Instituto Nacional de Estatística (INE)

Entrevistado

Margarida Lourenço, Chefe de Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais do INE;

1ª Parte – Caracterização da instituição

1.1 - Como caracteriza o INE na sua função estatística?

R: O INE tem uma função específica, que é de recolha, tratamento e definição e divulgação da produção estatística do país. Também tem uma grande função, pois é o órgão coordenador do sistema estatístico nacional, segundo a nossa lei temos órgãos delegados, que são alguns sectores, que foram avaliados antes de serem órgãos delegados do INE, foi feito um trabalho de avaliação dos seus serviços, como procedem à recolha de dados, e ficam depois autorizados a produzir informação estatística e a divulgar, e essa informação também é considerada oficial, mas há todo um trabalho técnico por trás disso, que o INE apoia. Depois têm obrigações, está tudo descrito num decreto conjunto assinado entre os Ministros dos diversos sectores e o nosso. De forma diferente do que acontece em Cabo Verde, o nosso INE é um órgão autónomo, tecnicamente, mas dependemos do Ministério da economia e Planeamento. O INE não tem um Presidente, mas sim um Diretor Nacional e dependemos hierarquicamente do Ministro da Economia e Planeamento. Existem órgãos delegados do INE e neste momento temos onze. Os dados têm de ser sempre validados pelo INE e depois é que podem ser divulgados. Os anuários, por exemplo, são feitos com esses dados divulgados pelos órgãos delegados.

1.2 - Quantas pessoas estão envolvidas na produção estatística? Que percentagem representam no total de funcionários?

R: O INE tem 18 representações a nível nacional estamos nas 18 províncias, não temos a nível dos municípios, mas temos até instalações próprias em algumas províncias, outras alugadas. Cada província tem o seu responsável e o seu próprio staff. Não têm o mesmo número, varia consoante as províncias. No todo somos cerca de 260, no total, a nível central somos 170. Somos poucos. Há províncias em que somos 7, outras 10, varia. Mas não temos o nosso quadro completo, estamos há vários anos sem contratar, o que acontece é que não temos tido vagas disponíveis, mas temos um grande deficit de pessoal, principalmente em

determinadas áreas. Em termo de estrutura, temos 9 departamentos, e 4 que costumamos dizer que são as áreas produtivas, os nossos colegas não ficam muito satisfeitos, mas os outros são mais administrativos, como os financeiros, recursos humanos, etc. Esses 4 são: o Departamento de Contas Nacionais; o Departamento de Estatísticas Económicas e Financeiras, onde se faz o IPC, o comércio externo; o Departamento de Estatísticas demográficas e Sociais, que é o departamento que eu chefo, e o Departamento de Censos e Inquéritos Sectoriais; Estes são os que consideramos os departamentos produtores, que fazem as estatísticas, mas os outros são igualmente importantes, têm é uma função mais administrativa, como a informática, por exemplo.

1.3 - Quais os seus principais objetivos?

R: Já falámos um pouco quando caracterizámos a instituição, mas podemos dizer que o objectivo principal é ter informação disponível, nós e os nossos parceiros.

1.4 - Quais os seus principais desafios?

R: Temos um grande desafio, nós temos uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico, dessa estratégia saem os nossos planos anuais e nesses planos estão inseridas a actividades não só do INE como dos órgãos delegados. A estratégia é aprovada em Conselho Diretivo e depois, por vezes vai a reunião do Sistema de Estatística Nacional (SEN), onde o Presidente é o Ministro da Economia e Planeamento, e onde estão representados esses órgãos delegados, mas também convidamos a estar presentes elementos da sociedade civil, como representantes de universidades. A nossa Estratégia é o documento que nos guia, para termos as nossas actividades, está disponível no nosso site, pode ser lá consultado. Nós temos, tal como é um problema de todo o país, temos problemas financeiros, mas temos a sorte de termos muitos projectos financiados pelas agências das Nações Unidas e não só. Temos conseguido muitos apoios. A título de exemplo, íamos realizar em 2015/16 o 1º inquérito demográfico, mas antes tivemos de fazer o Censo, que há mais de 40 anos que não produzíamos nenhum censo, e surgiu assim o Censo de 2014, mas este foi totalmente financiado pelo Governo de Angola, um dos censos mais caros do continente africanos e também de outros continentes, de certeza, mas foi totalmente financiado, naquela altura ainda havia muito dinheiro, mas depois fizemos o IIMS, aproveitando o levantamento já feito, e este foi financiado pelo Banco Mundial, pela USAD e pelo apoio da UNICEF, com alguns consultores, e temos funcionado assim, temos muito financiamento, temos agora um financiamento do Banco Mundial para até 2021 termos o RAP, que também nunca foi feito e muitos outros inquéritos, é também um grande desafio, para fevereiro de 2019, e no mesmo ano vamos fazer o censo, tudo isso graças ao apoio dessas organizações, mas acho que estamos a evoluir bastante, comparativamente há 5,6 anos atrás, temos agora muita informação. Estamos a conseguir produzir anualmente informação, o que no passado não conseguíamos. Temos as contas actualizadas, estivemos muitos anos sem produzir

as contas nacionais, temos contas anuais e estamos a tender para ter contas trimestrais, creio que estamos no caminho certo.

Temos ainda um Plano de Capacitação, que é constante, e essa capacitação e formação é feita também aos órgão delegados, constantemente, tem havido várias formações.

2ª Parte - Produção Estatística

2.1 - Qual considera ser a importância da sua instituição em poder recolher dados estatísticos?

2.2 - Qual considera ser a importância da sua instituição em poder produzir dados estatísticos?

2.3 - Qual considera ser a importância da sua instituição em poder disseminar dados estatísticos?

R: (resposta a 2.1;2.2 e 2.3) É essencial ao que toca ao planeamento, programas, políticas e não só, há utilizadores que querem dados para investigação e para isso é necessário haver uma base, por isso existem as bases dos inquéritos, que se entrarem no portal, agora, disponibilizámos as bases, quem quiser pode acessar, fazer cruzamentos, naturalmente tem de saber um bocadinho dos aplicativos. É extremamente importante a instituição a que pertença, porque é ela que no país tem essa função de produzir informação e que vai facilitar a planificação, programação, as políticas, permitir fazer o acompanhamento, é preciso haver indicadores para fazer o seguimento ou monitoria.

2.4 - Quais indicadores considera prioritários para uma boa avaliação do país, a nível nacional e internacional?

R: As contas são importantes, mas os dados sobre a população também é importante, sem esses dados não há nada. Saber quantos somos, onde estamos e como estamos, é básico e é por isso que o censo é importante e todos os países o devem fazer. Quase toda a informação é importante, depende de como e para quê é usada. Temos a saúde, que também é importante, assim como indicadores sobre habitação e saneamento, também são importantes. Mas os mais solicitados são os demográficos. Na área económica também temos muitas solicitações, principalmente dos investidores. Outra informação também muito importante, o Governo funciona muito com ele, é o Índice do preço do consumidor, por causa da inflação. Mas, mais uma vez reafirmo, que todos os dados são importantes, depende como são tratados e para quê.

2.5 - A produção estatística do INE é sensível aos dados de género?

2.6 - Quais são os dados sensíveis ao género que o INE normalmente produz?

R: (resposta a 2.5 e 2.6) A produção é sensível ao género, porque toda a informação que estamos a recolher temos de ter a noção de que deve ser recolhida por sexo, sempre, para vermos também em termos de género. Assim toda a informação que é recolhida pelo INE tem em conta esse aspecto.

2.7 - O INE possui uma equipa dedicada a produção e análise de dados sensíveis ao género?

2.8 - O INE promove a transversalização do género nas estatísticas já produzidas e/ou em produção?

2.9 - Como avalia essa transversalidade com relação aos IIMS, IBEA e IDRIS?

2.10 - A produção estatística produzida atualmente pelo INE integra um módulo sensível ao género?

R: (resposta de 2.7 a 2.10) O INE não tem uma equipa, mas a questão de género está presente em várias áreas. No departamento a que pertenço tratamos a questão do género em toda a informação que recolhemos, nós primamos por isso. Importa referir que o meu departamento trata de toda a informação sociodemográfica em três domínios específicos: demografia, emprego e sociais. Nos dois primeiros domínios, é o INE que faz a recolha e primamos mesmo pelas questões de género. As estatísticas de emprego, que são actualmente anuais, vão passar a ser trimestrais em 2019. Já no domínio do social, contamos com o levantamento feito pelos sectores, tendo como base os indicadores específicos de cada um. Por exemplo na educação, vamos buscar as matrículas, as aprovações, entre outros, com os dados desagregados por género. Não se devia colocar a questão dos sectores produzirem ou não esses dados, pois no despacho conjunto que assinaram, em que se tornaram ODINE, vêm lá, explicitamente, as informações que devem recolher e tratar, com o acréscimo e obrigatoriedade de publicar um anuário com essas informações. Nós trabalhamos com todos aqueles que queiram trabalhar a estatística, independentemente de serem ou não ODINES. Damos até formação e fazemos monitoria. Estamos a desenvolver uma luta para que se usem as bases administrativas como produtoras de dados, pois são uma grande fonte de informação, com acesso mais fácil, logo, mais económico, o que facilitaria a produção de dados.

2.11 - Qual considera ser a necessidade/importância dos dados de género?

R: Se o género existe, a informação tem de ser produzida por forma a ilustrar essa realidade, ao ponto de permitir fazer avaliações e comparações ao nível do género, ainda mais no nosso país, onde existem desigualdades em termos de género. Só posso fazer uma avaliação se souber como está a situação.

2.12 - De que forma a sua instituição pode contribuir para a produção estatística de dados de género?

R: Recolher esses dados com a qualidade exigida, para responder àquilo que se deseja sobre género.

3ª Parte – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

3.1 - Qual considera ser a importância dos ODS na função estatística da sua organização/instituição?

R: Estamos ainda no início, há países muito mais avançados do que nós. Tivemos uma grande luta com os sectores, pois eles são parte integrante dos ODS, sem eles não podemos fazer nada. O INE, por si só, não é possível ter as informações todas e são informações do país, que envolvem várias áreas e essas áreas devem responder. O INE só dá o apoio técnico e o impulso; nessa senda, nós no país, existe uma orientação de que deve haver uma comissão ao mais alto nível para os ODS. Aqui no país, que eu saiba, até ontem, ainda não há. O INE, nas vestes daquele que é o seu papel, achou que podia fazer alguma coisa, mesmo não havendo essa comissão de alto nível mas começou, criou um grupo que nós chamamos de grupo dos ODS do INE, criou este grupo, que trabalhou com vários sectores, fizemos várias reuniões com o intuito de produzir um relatório de linha de base, e foi o que o INE fez, mas esse relatório não tinha a vertente de como avaliar os indicadores, mas sim ter indicadores que se alinhem, que sejam a linha de base para que, de agora em diante, se possa trabalhar em termos dos ODS, eventualmente para os nossos Ministros, que normalmente são eles que vão participar nas conferências internacionais e pudessem assim ter um documento que lhes permitisse ter como trabalhar. Quando aderimos a certas convenções, temos de cumprir e fazer o monitoramento. Agora também é certo que muitas coisas não se aplicam aos nossos países, há indicadores que existem, dos 200 e tal, que não se aplicam e era isso que queríamos fazer, avaliar um certo número considerável e exequível, do qual podíamos fazer o seguimento.

3.2 - Em que medida os ODS estão incorporados na recolha, produção e disseminação de dados estatísticos?

R: estamos mesmo empenhados nos ODS e nos nossos próximos inquéritos, naqueles que estamos a preparar, já para o próximo ano, pensando nessa questão dos ODS, que no passado não incluíamos, mas agora já temos essa consciência. Naturalmente não vão ser todos os ODS, ou todos os indicadores, mas sim todos aqueles que forem possíveis.

3.3 - Qual considera ser o principal desafio na concretização dos ODS, com particular enfoque do ODS5 e as suas metas?

R. O nosso principal desafio é o de realmente perceber o que é possível de ser realizado no nosso país. E também medir as nossas capacidades, vai-nos obrigar também a acompanhar o desenvolvimento, porque só assim podemos cumprir. Vamo-nos esforçar para atingir determinado objectivo, é um compromisso, não

temos como recuar. O grande desafio é também termos indicadores para medir té que pondo estamos a avançar ou estabilizar. Vai obrigar os sectores a perceberem a importância de terem dados, vai ser um grande desafio para todos nós. Não para o INE, mas para o país, que nos permitirá ver, com outros olhos, como é importante termos informações. Sem informações não temos nada. Como vamos dizer que estamos no bom caminho? Como vamos saber que cumprimos em 2030? É preciso garantir que os planos e programas feitos sejam alinhados com os ODS e monitorar esse alinhamento e cumprimento.

4ª Parte – Exercício da produção estatística

4.1 - Qual considera ser o principal desafio para o desempenho da função estatística da sua instituição?

R: RESPONDIDA ANTERIORMENTE

4.2 - Como os outros OPES complementam a função estatística do INE?

R:RESPONDIDA ANTERIORMENTE

4.3 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para a recolha de dados estatísticos?

4.4 - Como classifica a capacidade financeira da sua organização/instituição para a recolha de dados estatísticos?

4.5 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para a produção de dados estatísticos?

4.6 - Como classifica a capacidade financeira da sua organização/instituição para a produção de dados estatísticos?

4.7 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para a disseminação de dados estatísticos?

R: (resposta do 4.3 a 4.7) De facto não estamos bem, mas não estamos mal. Notou-se um grande salto naquilo que o INE fazia e no que faz. A nossa limitação é a de que, mesmo que quiséssemos admitir pessoas, não temos recursos, não temos como. Mas através dos projectos financiados podemos contratar pessoas eventuais, que demonstram que são boas e que o INE poderia absorver, mas por limitações financeiras não podemos fazer. Somos um grupo muito pequeno e somos obrigados a estar em muita coisa, porque de facto tem sido difícil. Nós já tivemos caos em que já dormimos no INE, não sei se vai acreditar. Houve situações que tivemos que dormir no trabalho, e isso não é bom, não é saudável, mas temos prazos. Há colegas que entram às 5h00 e saem às 20h00 e quando temos alguma actividade temos mesmo de desempenhar de corpo e alma, para ver se os dados saem. Mas isso, por haver essa limitação, somos mesmo poucos e também temos aquele pessoal, que há um bocadinho por todos os sectores, que não é assim tão capacitado. Mas como disse, temos um plano de formação, mas nem todo o mundo vai, e mesmo com formação

nem todos têm o mesmo nível de desenvolvimento, uns crescem mais e outros menos. Temos muito bons técnicos, mas há limitação de pessoal, há pessoas que têm de fazer de tudo. Há um tempo atrás tentámos definir especialistas, dividir as pessoas por áreas, mas foi impossível, porque todo o mundo tem de fazer tudo.

4.8 -Como classifica a capacidade financeira da sua organização/instituição para a disseminação de dados estatísticos?

R: A capacidade financeira, que tem algumas limitações, tem sido colmatada com o financiamento de projectos, pois caso contrário, apenas com o orçamento, seria impossível. Os nossos planos, quase todos, têm sido implementados através de financiamentos e como temos uma linha temporal muito clara, permite-nos traçar tudo aquilo que é exequível, conseguimos cumprir os nossos planos em quase 100%.

4.9 -Qual a periodicidade em que recolhem/produzem e disseminação dados estatísticos?

R: Varia de acordo com o produto: temos mensais, trimestrais, anuais. Temos ainda quinzenais e semestrais. De referir que estamos a deixar o papel, até 2015 fizemos inquéritos e recolha de informação em papel, mas a partir de 2015 já foi através de tablets, o que nos permite uma maior velocidade de recolha e divulgação das informações. Normalmente os dados sociais têm uma periodicidade anual, enquanto os económicos são trimestrais.

4.10 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a recolha de dados estatísticos?

4.11 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a produção de dados estatísticos?

4.12 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a disseminação de dados estatísticos?

R: (resposta 4.10 a 4.12) A periodicidade desejável também depende do produto. Muitas vezes a periodicidade da recolha, produção e divulgação dos dados está associada á necessidade, mas a dificuldade de manter ou aumentar essa periodicidade prende-se com os produtos em que o INE depende de outros sectores para a divulgação dos dados, o que se torna mais falível. Contudo o calendário das publicações do INE e dos ODINES é público mas nem sempre é cumprido.

5ª Parte – Sistema Nacional de Indicadores de Género

5.1 -Como classifica a coordenação dos dados estatísticos produzidos a nível nacional?

R: É boa, tendo em conta que o INE tem uma função de coordenador, tem também uma função ingrata de cobrar, a sua missão passa por exigir dados, no entanto existem várias leis que regulamentam o processo, que determina as funções dos ODINES e também as penalizações. O próprio INE tem um gabinete jurídico que, no caso de

incumprimento, pode emitir advertências e intentar processos judiciais, mas o objetivo não é penalizar, é sensibilizar. Por exemplo não faz sentido penalizar uma família que não responda a um inquérito, o INE tenta sempre sensibilizar para a participação, mas por exemplo a uma empresa, já é mais viável. O INE já chegou mesmo a advertir uma empresa, bastou isso para cumprirem com as suas obrigações estatísticas.

5.2 -Em que medida considera relevante e pertinente a existência de um Sistema Nacional de Indicadores de Género (SNIG)?

R: Para se fazer a avaliação da situação de género, permitiria fazer um melhor acompanhamento quer das informações, quer da situação atual, facilitando o trabalho e os esforços para o alimentar.

5.3 -Em que medida esse SNIG iria influenciar o desempenho da sua /instituição?

R: O INE poderia colaborar para alimentar esse sistema, que poderia ser no INE ou no sector, mas teria de haver uma ligação do INE com este sistema, assim como uma coordenação entre s sectores. Seria aconselhável verificar o que existe de informação de género, para depois organizar. Muitas vezes, em vez de se criar um sistema de raiz, bastaria organizar o que já existe. Poderia estar no MASFAMU, mas seria sempre necessária uma ligação com os outros sectores, porque sozinho o MASFAMU não conseguiria alimentar esse sistema. Seria necessário perceber como vai funcionar, quem vai assumir a sua organização, gestão e alimentação, mas a sua existência não chocaria em nada com o INE e as suas funções.

1.2 - ENTREVISTA

Plano de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Indicadores de Género

Ministério dos Transportes

Entrevistado

Maria Isabel das Dores Amaro Alicerces – Técnica dos Recursos Humanos – Ponto Focal de Género

1ª Parte – Caracterização da instituição

1.1 – Como caracteriza a sua organização/instituição?

R: O Ministério do Transportes é formado pelo Gabinete do Ministro, o Gabinete dos dois Secretários de Estado (Transportes terrestres; Aviação civil e marinha mercante), o Departamento do Planeamento e o de inspeções; Tem ainda um Secretário Geral, O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE), Gabinete de Inspeções, Gabinete de Recursos Humanos, Gabinete Jurídico, Gabinete de Intercâmbio, Gabinete de Prevenção e Investigação de acidentes aeronáuticos, Gabinete Tecnológico e de Informação, Gabinete de Comunicação Institucional e de Imprensa. Existem ainda Institutos sob a tutela do MT: Instituto Nacional de Aviação Civil (INAVIC), Instituto Marítimo, portuário de Angola (IMPA), Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários (INTR) – Todos autónomos; Há ainda o Instituto Nacional de Hidrografia e Sinalização Marítima (INHSMA) e o Instituto Nacional de Caminhos de Ferro de Angola (INFA) – Não autónomas.

1.2 – Qual a área e zona de atuação?

R: Tendo em conta que se trata de transportes, é nacional, regional e comunitário

1.3 – Pode falar um pouco da sua evolução?

R: O Ministério dos Transportes existe há 42 anos, sempre no mesmo edifício, e registou muitas evoluções, a todos os níveis, houve muito investimento nas obras, por isso as condições de trabalho evoluíram bastante.

1.4 – Quantas pessoas estão envolvidas?

R: Órgão central – 113 pessoas; depois, cada linha de Caminho de ferro e porto do país tem um delegado. Cada um deles responde por uma província. Pela primeira vez uma das delegadas é mulher.

1.5 Quais os seus principais objetivos?

R: Velar pelos transportes marítimos, terrestres e aéreos do país,, assegurar os transportes de pessoas e mercadorias, bens;

1.5 - Quais os seus principais desafios?

R.: Tornar os transportes de Angola iguais aos outros países, mais evoluídos, com mais alternativas, como metro, comboios a funcionarem como deve ser, os navios de transporte de passageiros a funcionarem como deve ser; Outro desafio é tornar o transporte mais barato, para que possa ser acessível a todos.

NOTA: A Diretora do GEPE foi exonerada e o novo diretor tinha sido nomeado no dia anterior (13/11/18), não tendo ainda tomado posse.

Decidiu-se reformular as perguntas, tendo em conta que a Ponto focal de género não tinha capacidade para responder às questões relacionadas à estatística.

Assim sendo, o foco foi recentrado para os Recursos Humanos.

Neste sentido, aferiu-se que:

As questões de género não são abordadas no Ministério dos Transportes. As chefias femininas são muito reduzidas (3).

As mulheres até podem ser nomeadas, para ocuparem lugares de destaque, mas depois não fazem nada pelas outras mulheres.

Há pouca solidariedade feminina. Os homens costumam ser mais sensíveis e mais solidários do que as próprias mulheres. Estas costumam bloquear as mulheres, não as deixam evoluir, participar.

Nas empresas de transportes não há uma única mulher PCA.

Os ministros da tutela não costumam participar em fóruns onde se discute o género, apesar de serem convidados. Indigitam outra pessoa para ir, em vez de participarem.

Seria importante a realização de formações, ações de sensibilização sobre as questões de género neste Ministério.

Não há problema na partilha de dados entre ministérios.

Não há diferença salarial entre homens e mulheres.

Os direitos das mulheres estão assegurados: licença de maternidade, etc.

GEPE do MT – estão sempre em todas as províncias.

1.3 - ENTREVISTA

Plano de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Indicadores de Género

Direção Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (DNIEG)

Entrevistado

Celeste Cassoma – Diretora do Gabinete de Estudos e Produção Estatística do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher – Direção Nacional para a Igualdade e Equidade de Género;

1ª Parte – Caracterização da instituição

1.1 - Como caracteriza a sua instituição?

R: Nós somos o departamento ministerial que tem como linha de ação ser o auxiliar do Presidente da República na definição de estratégias de proteção social de base em Angola; Há que olhar para o país, ver o que é preciso ser feito e responder às preocupações.

1.2 - Quantas pessoas estão envolvidas na organização/instituição e qual o seu papel dentro da mesma?

R: Somos entre 220 a 230 funcionários. Em termos de estrutura, temos o GEPE, o Gabinete Jurídico, o Gabinete da Inspeção, a Secretaria Geral, o Gabinete de Apoio à Ministra, temos ainda cinco institutos, da Criança, dos ex-militares, da desminagem, da promoção e proteção das comunidades emigradas e a escola de formação, sendo auxiliados por 18 gabinetes provinciais.

1.3 - Quais os seus principais objetivos?

R: Melhorar a qualidade dos projetos, tornando-os mais focalizados; consolidar a coordenação com outros sectores, por exemplo a pobreza é multidimensional, pois são muitos os fatores que concorrem para a mesma; melhorar os diagnósticos feitos, obtendo uma visão mais alargada e consolidada das necessidades;

1.4 - Quais os seus principais desafios?

R: A nível central, o principal desafio é conseguir descer e ver como está a base, ir até lá, ter noção do que se faz na base; outro desafio prende-se com as muitas atribuições do Ministério, que procura dar resposta a vários grupos distintos, e cada grupo tem múltiplos problemas, o que exige múltiplas e distintas respostas; Na junção dos Ministérios criou-se a dificuldade em atribuir funções, as coisas demoram a andar, as relações humanas não são as mais fáceis, foi um desafio e continua a ser um desafio, há por isso que melhorar a organização interna.

Por outro lado, é também um desafio identificar as necessidades e responder às mesmas, devido à falta de especialistas das áreas concretas que tratamos, por vezes nem os conhecemos, ou os que existem não conhecem bem a realidade angolana, tornando-se também num desafio sabermos em concreto aquilo que queremos e aquilo que precisamos. A capacitação dos recursos humanos é um dos grandes desafios que também enfrentamos.

2ª Parte - Produção Estatística

2.1 - Qual o papel da sua instituição na promoção da Igualdade e Equidade de Género?

R: O nosso papel principal baseia-se em questões de advocacia, a pobreza, tal como o género, é transversal, e há que ser trabalhada não só no Estado como na sociedade civil; nós somos o motor de transmissão, há que garantir que em questão da mulher, da igualdade/equidade e empoderamento, o trabalho é feito desde a base, desde a tenra idade, partilhando informação com as outras estruturas; se estas questões começarem a ser integradas desde cedo na educação, na família, na dinâmica da sociedade, iremos promover o motor principal para garantir as mudanças que se desejam.

2.2 - Em que medida a sua organização usa dados de género para o seu desempenho na promoção da igualdade e equidade de Género?

R: As orientações e obrigações são que se apresentem relatórios mensais, trimestrais e anuais; o GEPE mantém um contacto constante com os seus pontos focais nas províncias, tal como visitas de monitoria às províncias.

2.3 - Qual considera ser a importância dos dados de género?

R: É o cenário normal, através deles avaliamos até que ponto o Ministério está a cumprir os seus objetivos.

2.4- Qual considera ser a importância da sua instituição em poder recolher dados estatísticos?

R: É muito importante fazê-lo, tendo em conta os compromissos nacionais e internacionais; é obrigatório estar preparado para responder a essas exigências e estaríamos a falhar se não tivermos os números, pois a estatística tem de falar; estamos a correr muito, a fazer muito em pouco tempo, vamos construindo os processos; pensamos que 2019 vai ser fundamental, para sentar e fazer um balanço crítico.

2.5 - Qual considera ser a importância da sua instituição em poder produzir dados estatísticos?

R: Precisa de ser mais valorizada, é necessário fazer a recolha dos indicadores, mas também medir, fazer uma avaliação interna.

2.6 - Qual considera ser a importância da sua instituição em poder disseminar dados estatísticos?

R: A responsabilidade na matéria é grande, mas ainda estamos a correr contra o tempo, reconhecendo que ainda falta fazer muito.

3ª Parte – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

3.1 - Qual considera ser a importância dos ODS na função estatística da sua instituição?

R: Ajudam na definição dos indicadores e em como vai ser feita a recolha da informação.

3.2 - Em que medida os ODS estão incorporados na recolha, produção e disseminação de dados estatísticos produzidos pela sua instituição?

R: Na elaboração do PDN um dos principais instrumentos foram os ODS, assegurou-se que os programas estão alinhados com os ODS; Depois, há ainda um trabalho muito próximo com o INE, através da definição dos indicadores para cumprir com os ODS.

3.3 - Qual considera ser o principal desafio na concretização dos ODS, com particular enfoque do ODS5 e as suas metas?

R: uma das grandes preocupações resulta exatamente dos ODS, não tanto a sua implementação, mas o seu cumprimento, alguns indicadores não temos como dizer se são cumpridos ou não, pois não se definiram metodologias. Temos estado a trabalhar com o PNUD para definir como se pode medir, definir, por um lado, saber identificar o foco e atacar, da maneira mais prática.

4ª Parte – Exercício da produção estatística

4.1 - De que forma a sua instituição pode contribuir para a produção estatística de dados de género?

R: Recolha de informação, coordenação com os outros sectores, solicitando a outras instituições dados de género, de forma o mais aprimorada possível.

4.2 - Qual considera ser o principal desafio para o desempenho da função estatística da sua instituição?

R: Despertar a consciência para a importância destes dados; temos vários desafios internacionais mas depois não se concretizam, há por isso que criar mais visibilidade para estas temáticas e haver uma mais responsabilização pelas políticas de género.

4.3 - Que sistema/mecanismo/instrumento de recolha, produção e disseminação de dados a sua instituição usa? É um sistema sensível ao género?

R: a recolha é feita através de fichas de recolha de dados estatísticos. Não tínhamos programas específicos para a estatística e é necessário ter para permitir que se faça a capacitação estatística, mas com um orçamento próprio.

4.4 - Como classifica a capacidade técnica da sua instituição para a recolha de dados estatísticos?

R: A capacitação é necessária.

4.5 - Como classifica a capacidade financeira da sua instituição para a recolha de dados estatísticos?

R: os meios financeiros são um grande constrangimento, principalmente o que se refere às deslocações ao terreno. Essa recolha deveria ser feita de forma constante, mas para isso teria de haver um acompanhamento constante, que fica bastante limitado pelos constrangimentos financeiros.

4.6- Como classifica a capacidade técnica da sua instituição para a produção de dados estatísticos?

R: A nível central é boa, mas a nível local muitas vezes não existe essa capacidade, nem em termos humanos, nem os meios em si. Por exemplo, por vezes o acesso às TIC é um problema, por exemplo.

4.7 - Como classifica a capacidade financeira da sua instituição para a produção de dados estatísticos?

R: É limitada em recursos.

4.8 - Como classifica a capacidade técnica da sua instituição para a disseminação de dados estatísticos?

R: Necessita-se capacitação, principalmente a nível local.

4.9 - Como classifica a capacidade financeira da sua instituição para a disseminação de dados estatísticos?

R: Mais uma vez se afirma que esse é o grande calcanhar de Aquiles da produção estatística, por exemplo, que limita logo a deslocação ao terreno para a recolha de dados, muitas vezes limita até a própria comunicação entre o poder local e central.

4.10 - Qual a periodicidade com que recolhem/produzem e disseminação dados estatísticos?

R: Produzem-se relatórios mensais, trimestrais e anuais.

4.11 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a recolha de dados estatísticos?

R: A que efectuamos.

4.12 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a produção de dados estatísticos?

R: A que efectuamos.

4.13 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a disseminação de dados estatísticos?

R: A que efectuamos.

5ª Parte – Relações institucionais - I

5.1 - Qual a relação com outras instituições que atuam na mesma área?

5.2 - Qual a relação com instituições de áreas distintas?

5.3 - Em que medida partilha informação com instituições da mesma área de atuação?

5.4 - Em que medida partilha informação com instituições de outras áreas de atuação?

OBS: resolveu responder a todas as perguntas de forma conjunta.

R: Todas as segundas-feiras se realizam reuniões técnicas o que permite estabelecer uma grande proximidade, não só com as instituições da mesma área, como de outras áreas distintas. Como todos precisam uns dos outros e tendo em conta as mudanças recentes nas chefias, que permitiu que muitos jovens ocupassem esses cargos, a comunicação está mais facilitada, há um novo pensamento, porque se estabelecem facilmente novos canais de comunicação, como por exemplo o email, a que respondem facilmente. Há a consciência de que o trabalho só se faz se for em conjunto.

5ª Parte – Relações institucionais - II

5.5 - Como classifica o acesso da sua instituição aos dados de género produzidos pelas entidades públicas?

R: Temos uma relação bastante próxima com o INE, que exerce o seu papel de monitoria, e mesmo com os outros chefes de departamento, dos ODINES, a relação é boa.

5.6 - Como classifica a capacidade técnica da sua instituição para o uso e interpretação dos dados de género produzidos pelas entidades públicas?

R: Não me posso queixar dos técnicos que tenho, a nível do GEPE, mas há a consciência que a nível das províncias, dos 18 pontos focais, 2/3 não corresponde ao desejável.

5.7- Em que medidas os dados produzidos pela sua instituição são usados pelas entidades públicas?

R: A partir do momento em que houve o despacho conjunto, de formalização do MASFAMU como um ODINE, ficou estabelecido que tudo o que é feito é partilhado por todos, por isso há essa obrigação de divulgação e partilha de informação. Nos sectores onde estão GEPE's, a relação é facilitada, mas também com os departamentos económicos, há bastante partilha de informação.

5.7 - Em que medida a função estatística da sua instituição se diferencia da função estatística das entidades públicas?

R: prende-se com as necessidades específicas do nosso sector.

6ª Parte – Sistema Nacional de Indicadores de Género

6.1 - Como classifica a coordenação dos dados estatísticos produzidos a nível nacional?

R: Boa

6.2 - Em que medida considera relevante e pertinente a existência de um Sistema Nacional de Indicadores de Género (SNIG)?

R: Extremamente importante, se tiver a devida visibilidade, será fundamental para o Ministério mas também para o país, até a nível internacional, daria outra visibilidade do país.

6.3 - Em que medida esse SNIG iria influenciar o desempenho da sua instituição?

R: Iria contribuir para se criar a consciência daquilo que é pertinente fazer, não só a nível de estatística.

6.4 - Quais as metas que se pretendem alcançar com o SNIG?

R: Há que traçar metas bem claras e compreender o que se quer em concreto. Dizer porque estamos assim e o que posso fazer para reverter a situação.

6.5 - Quais os obstáculos, dificuldades ou constrangimentos previstos na implementação do SNIG?

R: Acredito que se explicar com clareza a sua importância e a sua magnitude, não haverá qualquer tipo de obstáculo; o género é transversal, apesar de parecer mais focado na mulher, mas transmite não só a visão do sector, mas também do país.

6.6 - Como os mesmos podem ser ultrapassados?

R: Depende daqueles que irão contribuir para o mesmo, mas acredito que não haverá obstáculos.

6.7 - Quais os benefícios que advém com a implementação do SNIG?

R: A tomada de consciência dos desafios do país. A necessidade de que a informação tenha praticidade e aplicabilidade.

6.8 - No vosso ponto de vista, que impacto terá o SNIG a nível nacional?

R: A promoção do género de forma justificada e com qualidade.

6.9 - Que parcerias se preveem fundamentais para a sua implementação?

R: Para além das governamentais, seria essencial o apoio das mulheres no parlamento, assim como tornar o seu acesso público.

1.4 - ENTREVISTA

Plano de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Indicadores de Género

Ministério da Agricultura e Florestas

Entrevistado

Altemiro de Ceuta Diogo – Diretor do Gabinete de Estudos e Produção Estatística

1ª Parte – Caracterização da instituição

- 1.1 - Como caracteriza a sua organização/instituição?
- 1.2 - Qual a área e zona de atuação (tem carácter comunitário, regional, nacional)?
- 1.3 - Pode falar um pouco da sua evolução?
- 1.4 - Quantas pessoas estão envolvidas na organização/instituição e qual o seu papel dentro da mesma?
- 1.5 - Quais os seus principais objetivos?
- 1.6 - Quais os seus principais desafios?

R: Respondeu todas as questões numa só resposta.

O Ministério da Agricultura e Florestas é o departamento Ministerial, órgão auxiliar do presidente da República, enquanto titular do poder executivo, que tem por missão propor a formulação, conduzir, executar e controlar a política do Executivo nos domínios da agricultura, pecuária, florestas, segurança alimentar e dos alimentos, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado. O seu mais objectivo é aumentar a produtividade nacional e o desafio é criar uma cesta básica de produtos nacionais. Por isso estamos a implementar um conjunto de medidas, que estão já em curso, para promover o aumento da produção nacional.

2ª Parte - Produção Estatística

- 2.1 - Qual o papel da sua organização/instituição na promoção da Igualdade e Equidade de Género?**
- 2.2 - Em que medida a sua organização usa dados de género para o seu desempenho na promoção da igualdade e Equidade de Género?**
- 2.3 - Qual considera ser a importância dos dados de género?**

R: Respondeu de 2.1 a 2.3 numa só resposta.

Não temos produção de dados de género, pois o nosso enfoque prende-se com os produtos e a actividade agrária, apesar de reconhecermos que a mulher desempenha um papel fundamental. Como a questão dos homens e das mulheres, em alguns programas, terão importância, principalmente os programas financiados pelo Banco Mundial, vamos ter de ter, obrigatoriamente, o enfoque no género e jovens.

2.4 - Qual considera ser a importância da sua organização/instituição em poder recolher dados estatísticos?

2.5 - Qual considera ser a importância da sua organização/instituição em poder produzir dados estatísticos?

2.6 - Qual considera ser a importância da sua organização/instituição em poder disseminar dados estatísticos?

3ª Parte – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

3.1 - Qual considera ser a importância dos ODS na função estatística da sua organização/instituição?

3.2 - Em que medida os ODS estão incorporados na recolha, produção e disseminação de dados estatísticos?

3.3 - Qual considera ser o principal desafio na concretização dos ODS, com particular enfoque do ODS5 e as suas metas?

R: É complexo, pois entram questões particulares relacionadas com a segurança alimentar. Mas fazemos parte do sistema de planeamento, por isso somos obrigados a integrar os ODs nos nossos programas.

4ª Parte – Exercício da produção estatística

4.1 - De que forma a sua organização/instituição pode contribuir para a produção estatística de dados de género?

4.2 - Qual considera ser o principal desafio para o desempenho da função estatística da sua organização/instituição?

4.3 - Que sistema/mecanismo/instrumento de recolha, produção e disseminação de dados a sua instituição usa? É um sistema sensível ao género?

4.4 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para a **recolha** de dados estatísticos?

4.5- Como classifica a capacidade financeira da sua organização/instituição para a **recolha** de dados estatísticos?

4.6 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para a **produção** de dados estatísticos?

4.7 - Como classifica a capacidade financeira da sua organização/instituição para a **produção** de dados estatísticos?

4.8 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para a **disseminação** de dados estatísticos?

4.9 - Como classifica a capacidade financeira da sua organização/instituição para a **disseminação** de dados estatísticos?

4.10 - Qual a periodicidade em que recolhem/produzem e disseminação dados estatísticos?

4.11 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a recolha de dados estatísticos?

4.12 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a produção de dados estatísticos?

4.13 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a disseminação de dados estatísticos?

R: O nosso desafio é institucional, principalmente em termos de formação, motivação, particularmente no que diz respeito à recolha de informação, em particular a recolha, pois tudo o resto depende dela, e é esse o nosso principal desafio, ter bons instrumentos de recolha. As questões das distâncias, das dificuldades concretas no terreno, não são fáceis. Com a tecnologia, ajuda a superar um pouco essas dificuldades, mas ainda temos um caminho a percorrer.

5ª Parte – Relações institucionais - I

5.1 - Qual a relação com outras organizações/instituições que atuam na mesma área?

5.2 - Qual a relação com organizações/instituições de áreas distintas?

5.3 - Em que medida partilha informação com organizações/instituições da mesma área de atuação?

5.4 - Em que medida partilha informação com organizações/instituições de outras áreas de atuação?

R: Na nossa área somos os únicos, contudo consideramos que temos boas relações institucionais com todos os ministérios e entidades

5ª Parte – Relações institucionais - II

5.6 - Como classifica o acesso da sua organização/ instituição aos dados de género produzidos pelas entidades públicas?

5.7 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para o uso e interpretação dos dados de género produzidos pelas entidades públicas?

5.8 - Em que medidas os dados produzidos pela sua organização/instituição são usados pelas entidades públicas?

5.9 - Em que medida a função estatística da sua organização/instituição se diferencia da função estatística das entidades públicas?

6ª Parte – Sistema Nacional de Indicadores de Género

6.1 - Como classifica a coordenação dos dados estatísticos produzidos a nível nacional?

6.2 - Em que medida considera relevante e pertinente a existência de um Sistema Nacional de Indicadores de Género (SNIG)?

6.3 - Em que medida esse SNIG iria influenciar o desempenho da sua organização/instituição?

R: Tal como referimos anteriormente, por um lado, os compromissos assumidos pelo país a nível internacional e por outro a busca de financiamentos para projectos concretos, implica que este só sejam disponibilizados se houver um enfoque, especificamente no género e nos jovens. Seremos então obrigados a começar a fazer a recolha de dados tendo em conta estes indicadores, e este sistema poderia ajudar a determinar quais os indicadores mais indicados.

1.5 - ENTREVISTA

Plano de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Indicadores de Género

Ministério da Administração do Território

Entrevistado

Indira Maiato – Diretora do Gabinete de Estudos e Produção Estatística

Dra. Eurídice – Técnica do Gabinete de Estudos e Produção Estatística

Dra. Lisete Soares – Gabinete de Intercâmbio

NOTA: No início da entrevista, a Dra. Indira Maiato alertou para o facto do MAT não ser um ODINE, pois aquilo que estão a fazer, em termos de produção estatística, não se enquadra nas atividades descritas e atribuídas a um ODINE. Contudo, no dia seguinte, dia 16 de novembro, iriam ter uma reunião com o INE, no sentido de reativar um a cordo de cooperação que mantinham, no sentido de se tornarem um facilitador de produção estatística, principalmente junto dos municípios.

A única estatística que produzem é a do emprego.

Assim sendo, o questionário foi respondido tendo como base essa premissa, de que o MAT não é um ODINE. Nesse sentido, algumas perguntas não se enquadram.

1ª Parte – Caracterização da instituição

1.1 - Como caracteriza a sua organização/instituição?

R-Indira Maiato (IM): a função principal é administrar o território, através da criação de instrumentos metodológicos para a administração local. O MAT é um facilitador das relações entre poderes e ministérios contribui para a elaboração/execução das políticas e a aplicação das despesas. Por exemplo, trabalha junto do MF a questão das verbas aos municípios, não só a sua atribuição como prestação de contas.

1.2- Qual a área e zona de atuação (tem carácter comunitário, regional, nacional)?

R: Nacional

1.3 - Pode falar um pouco da sua evolução?

R- (IM) Inicialmente, o MAT era apenas um instrumento de administração do território, de gestão apenas. Depois, no âmbito da transferência de competências, primeiro para as províncias e depois para os municípios, passou a comandar essa

transferência, sendo que agora irá também ser responsável pela criação das autarquias.

1.4 - Quantas pessoas estão envolvidas na organização/instituição e qual o seu papel dentro da mesma?

R- (IM) 256 pessoas, a nível central, em 18 direções.

Existem ainda dois Institutos Autónomos, mas tutelados pelo MAT: O Instituto de Formação da administração Local (IFAL) e o Fundo de Apoio Social (FAS), ambos com autonomia financeira.

1.4 - Quais os seus principais objetivos?

R-(IM): Todos os anos são estabelecidos os objetivos específicos do MAT, tendo em conta o PDN, que estabelece a estratégia nacional dos próximos 5 anos, e o Plano Nacional Estratégico de Administração do Território. Através desses dois Planos, estabeleceram-se 4 programas essenciais:

- 1- Descentralização administrativa e financeira;
- 2- Implementação das autarquias;
- 3- Melhoria dos serviços municipais;
- 4- Promoção da cidadania na governação.

1.5 - Quais os seus principais desafios?

R – (IM): Implementação das metas estabelecidas nos Planos.

A implementação das autarquias e a simplificação administrativa;

2ª Parte - Produção Estatística

Indira: O MAT não tem produção estatística, apenas sobre o emprego, aí há a desagregação do sexo, mas essa informação é fornecida através do Faz, e não pelo MAT.

Contudo há a intenção de se criar um fluxo de estatística, por isso mesmo se pretende reativar o acordo com o INE.

As perguntas foram assim respondidas de forma genérica.

2.1 - Qual o papel da sua organização/instituição na promoção da Igualdade e Equidade de Género?

2.2 - Em que medida a sua organização usa dados de género para o seu desempenho na promoção da igualdade e Equidade de Género?

2.3 - Qual considera ser a importância dos dados de género?

2.4 - Qual considera ser a importância da sua organização/instituição em poder recolher dados estatísticos?

2.5 - Qual considera ser a importância da sua organização/instituição em poder produzir dados estatísticos?

2.6 - Qual considera ser a importância da sua organização/instituição em poder disseminar dados estatísticos?

3ª Parte – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

R – (IM) Os ODS não são novidade e são do interesse do MAT, contudo é o INE que promove essa integração, sendo contudo a participação do MAT ainda tímida, havendo, contudo, vontade de se encontrarem respostas. As estatísticas territoriais, como o bem estar e a saúde, englobam os ODS. A administração local possui informação, mas é direcionada diretamente ao INE.

3.1 - Qual considera ser a importância dos ODS na função estatística da sua organização/instituição?

3.2 - Em que medida os ODS estão incorporados na recolha, produção e disseminação de dados estatísticos?

3.3 - Qual considera ser o principal desafio na concretização dos ODS, com particular enfoque do ODS5 e as suas metas?

4ª Parte – Exercício da produção estatística

R- (IM) Mais uma vez, há que referir que o MAT não tem produção estatística, ainda assim, reconhece-se a importância da produção estatística para o próprio MAT, daí a reativação do acordo com o INE.

Nesse acordo o INE irá avaliar o grau de participação do MAT, a definição do que o MAT pode fazer em termos de estatística, para além da produção estatística sobre o emprego, entenda-se o nº de pessoas empregadas.

A Organização da questão estatística passa pelo INE, em que se pretende elaborar uma grelha estatística do MAT, tornando este gerador de estatística e de validação de dados.

Em termos de formação e capacitação de técnicos, o já referido acordo com o INE inclui a formação de técnicos. Aliás, dentre desse acordo, quando o mesmo ainda estava em vigor, foram formadas 15 pessoas em planeamento e certificação estatística, através de consultores da EU.

Exato, a formação está incluída no tal acordo que será firmado. Havia antes um comité estatístico de produção estatística, ao qual pertencíamos, mas com a transição do Governo, não foi possível ainda.

Em termos do financiamento, o acordo de cooperação estatística estabelece que o INE tem uma bolsa de financiamento para a produção estatística.

Contudo, o MAT, no seu plano de atividades do próximo ano, queremos implementar um orçamento próprio para a produção estatística, apesar dessa bolsa.

Através do acordo, será feito um levantamento das necessidades do MAT e da sua estrutura, permitindo a realização de uma grelha de indicadores.

O MAT funcionará como elo de ligação com os governos provinciais.

4.1 - De que forma a sua organização/instituição pode contribuir para a produção estatística de dados de género?

4.2 - Qual considera ser o principal desafio para o desempenho da função estatística da sua organização/instituição?

4.3 - Que sistema/mecanismo/instrumento de recolha, produção e disseminação de dados a sua instituição usa? É um sistema sensível ao género?

4.4 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para a **recolha** de dados estatísticos?

4.5- Como classifica a capacidade financeira da sua organização/instituição para a **recolha** de dados estatísticos?

4.6 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para a **produção** de dados estatísticos?

4.7 - Como classifica a capacidade financeira da sua organização/instituição para a **produção** de dados estatísticos?

4.8 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para a **disseminação** de dados estatísticos?

4.9 - Como classifica a capacidade financeira da sua organização/instituição para a **disseminação** de dados estatísticos?

4.10 - Qual a periodicidade em que recolhem/produzem e disseminação dados estatísticos?

4.11 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a recolha de dados estatísticos?

4.12 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a produção de dados estatísticos?

4.13 - Qual considera ser a periodicidade desejável para a disseminação de dados estatísticos?

5ª Parte – Relações institucionais - I

5.1 - Qual a relação com outras organizações/instituições que atuam na mesma área?

R- (IM): A nível local, a partilha de informação é feita de forma muito fluída, pois são obrigados a reportar ao MAT. A nível central temos reuniões periódicas, há o cumprimento de regras pré-definidas, que permitem guiar a nossa conduta.

5.2 - Qual a relação com organizações/instituições de áreas distintas?

R- (IM): A transferência de competências para os municípios tem sido feita em parceria com os outros Ministérios. Existem 174 termos de transferência, de diversas índoles, e é o MAT que supervisiona essa transferência.

Lisete: Por exemplo em termos do Gabinete de RH, têm sido feitos intercâmbios com os GRH dos outros Ministérios, para partilha de informações e troca de experiências.

Indira: A estratégia Nacional para os cinco anos estabelece o trabalho de forma conjunta, entre os Ministérios, e essa parceria e fluidez de informações e parcerias tem fluído entre ministérios.

5.3 - Em que medida partilha informação com organizações/instituições da mesma área de atuação?

5.4 - Em que medida partilha informação com organizações/instituições de outras áreas de atuação?

5ª Parte – Relações institucionais - II

5.6 - Como classifica o acesso da sua organização/ instituição aos dados de género produzidos pelas entidades públicas?

R-Indira: O INE é a nossa grande fonte de informação, usamos os dados dos censos produzidos por ele para consumo próprio, assim como informações do MF e outros Ministérios.

5.7 - Como classifica a capacidade técnica da sua organização/instituição para o uso e interpretação dos dados de género produzidos pelas entidades públicas?

R-Indira: A capacidade técnica é ótima, até pela formação de que falámos anteriormente. Contudo temos problemas de recursos humanos, precisamos de mais pessoas, mas com poucos recursos fazemos muito.

5.8 - Em que medidas os dados produzidos pela sua organização/instituição são usados pelas entidades públicas?

R-Indira: O MAT, por força da sua missão, tem de se relacionar com os outros Ministérios; sempre que os outros Ministérios querem implementar algo a nível territorial, o MAT é sempre chamado. O que fazemos é a reutilização de dados, com realce para a legislação, devidamente organizada e que serve de base para os outros Ministérios, assim como desenvolvemos o sistema MAT-LEIS, que agrega todos os diplomas legais sobre o assunto, acessível aos funcionários públicos.

5.9 - Em que medida a função estatística da sua organização/instituição se diferencia da função estatística das entidades públicas?

R-Indira: Estando em fase inicial de produção estatística, a mesma irá basear-se na missão diferenciada do próprio MAT, contudo a pergunta não se impõe.

6ª Parte – Sistema Nacional de Indicadores de Género

6.1 – Como classifica a coordenação dos dados estatísticos produzidos a nível nacional?

R: (IM)A Lei quadro sobre o sistema estatístico estabelece a produção estatística, tendo o BNA um papel essencial, assim como os ODINES, que assumem o papel de órgão oficiais de produção estatística e que envolvem os diferentes ministérios. De forma sistémica, os sectores produzem dados estatísticos, levam ao INE, que trabalham os dados conforme as premissas internacionais e, depois de os validarem, os tornam a remeter aos órgãos para estes os divulgarem. Através desses dados os sectores produzem então as informações estatísticas, os boletins, anuários. Mas a relação é boa.

A relação é muito positiva, por isso o MAT quer fazer parte deste sistema de produção de dados estatísticos

6.2 – Em que medida esse SNIG iria influenciar o desempenho da sua organização/instituição?

R – Indira: É essencial para permitir a leitura real da sociedade, sou defensora da discriminação de género, pois só assim permite a leitura dos dados reais, permitindo a recolha da informação de todos os envolvidos e de todos os indicadores. Permitiria sermos, se não produtores, pelo menos facilitadores dessa produção estatística.

6.3 – Em que medida esse SNIG iria influenciar o desempenho da sua organização/instituição?

R- Indira -Iria permitir a mudança, de acordo cm os dados apurados, sendo muito pertinente para a atuação das políticas. Em termos de representatividade, o MAT não é o melhor exemplo, dos 18 diretores, apenas 3 são mulheres – GEPE, GRH